



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO**

CLÁUDIO JOSÉ ANTÔNIO SILVA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Hérica Angela Borba do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cláudio José Antônio Silva

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em _____ de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.^a Dr.^a – **Avaliador (não sei)**

Prof.^a. Hérica Angela Borba – Orientadora

Cláudio José Antônio Silva – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, pelo incentivo e motivação em tornar real o sonho de cursar uma especialização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua presença constante em minha vida e pelas graças concedidas; à minha família pelo incentivo e compreensão; aos meus colegas de trabalho pela força e companheirismo; e aos professores pela disponibilidade e comprometimento.

“Não eduques as crianças nas várias disciplinas recorrendo à força, mas como se fosse um jogo, para que também possas observar melhor qual a disposição natural de cada um.”

Platão

RESUMO

O presente trabalho busca questionar e verificar como os alunos com necessidades educacionais especiais estão sendo incluídos nas escolas regulares de ensino e tem como objetivos conhecer a história da deficiência, compreender a diferença entre inclusão e integração, conhecer alguns tipos de deficiências, analisar o atendimento que alunos com necessidades educacionais especiais recebem na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim. Como metodologia utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e análise do Projeto Político Pedagógico da Escola. Sabe-se que a Gestão para ser democrática precisa incluir todos os atores da escola nas várias decisões escolares. Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser valorizados, reconhecidos e tratados com dignidade e igualdade.

Palavras-chave: Inclusão, Necessidades Educacionais Especiais, Gestão Democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO.....	10
1.1 História, Conceito, tipos e causas das deficiências.....	10
1.2 A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.....	12
1.3 A diferença entre Integração e Inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.....	14
1.4 Situação da Inclusão de Pessoas Com Deficiência na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	20

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino e tem como objetivos apresentar brevemente da história da deficiência, compreender a diferença entre inclusão e integração, conhecer *alguns* tipos de deficiências, analisar o atendimento que alunos com necessidades educacionais especiais recebem na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim, localizada em Claro dos Poções, no estado de Minas Gerais. Esse tema tem grande relevância social, pois a cada dia os pais de pessoas com deficiência procuram mais escolas regulares para seus filhos estudarem. Essas pessoas, por muito tempo, foram vítimas de preconceito e discriminação e hoje estão sendo incluídos na sociedade, passando primeiramente pela escola. Diante disso é importante estudar como está ocorrendo a inclusão nas escolas regulares de ensino.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Dona Valentina Alkimim tem como uma de suas finalidades “assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais sua inclusão e adaptação necessárias ao pleno exercício da cidadania, oferecendo a estes, atendimento em classes regulares”. A inclusão dos alunos com deficiência deve ser realidade em todas as escolas, eles precisam ser tratados com dignidade, igualdade e ter seus direitos garantidos.

Neste contexto, a Escola Estadual Dona Valentina Alkimim busca executar o que está expresso nas leis, ser uma instituição de ensino inclusiva que visa à igualdade de direitos e deveres de todos os alunos, e que a—valoriza as necessidades de cada um, respeitando as diferenças e priorizando um ensino de qualidade.

Para embasar a análise sobre o processo de inclusão na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Assim, foram selecionados livros, textos e artigos sobre a inclusão que apresentam conceitos, princípios e a história sobre a inclusão na rede regular de ensino.

O artigo ficou organizado da seguinte maneira: na Introdução são apresentados tema, problema e objetivos da pesquisa. Na primeira parte do texto discute-se o referencial teórico adotado, definindo a inclusão na rede regular de ensino; um pouco de história da deficiência; conceito, tipos e causas da deficiência; inclusão e integração; o PPP e a Inclusão. Na segunda parte do texto é apresentada a análise do atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim. Por fim, nas Considerações finais, são apresentadas as conclusões do trabalho, considerando a gestão democrática das escolas e a efetiva inclusão dos alunos com deficiência.

1. A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO

1.1 História, Conceito, tipos e causas das deficiências

Segundo Glat (1998, p.11), (...) a deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente, tido como um ser inválido e incapaz que pouco poderia contribuir para sociedade. Isso ocorreu a partir dos anos de 1960 onde as deficiências eram baseadas em um modelo médico ou clínico. No Brasil, o primeiro serviço público especializado em educação de pessoas com deficiências foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro e depois o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1857. Segundo Mazzota (1996), entre 1900 e 1950, em todo o país, apenas quatorze estabelecimentos públicos de ensino regular ofereciam atendimento especializado a alunos com deficiências gerais e quarenta estabelecimentos a alunos com deficiência mental.

No Rio de Janeiro, em 1954, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). No final da década de 1960 houve um crescente questionamento das práticas sociais e escolares voltadas aos deficientes. O atendimento educacional diferenciado para a Educação Especial só veio a ocorrer em 1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

A partir da década de 1970 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) promoveu a institucionalização da Educação Especial introduzindo o “modelo educacional” no sistema de ensino brasileiro com atendimentos ainda com enfoque

terapêutico e sempre à margem do sistema regular de ensino. No ano de 1981 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência com o lema “igualdade de oportunidade para todos”. Esse movimento caracterizou um avanço à garantia dos direitos às pessoas com deficiências.

Em 1986 a expressão “alunos excepcionais” foi substituída por “alunos portadores de necessidades especiais”, o que os deixou mais reconhecidos e valorizados. Com a Constituição Federal de 1988 os alunos com necessidades educacionais especiais foram adquirindo mais espaço na sociedade, nas escolas. Após a Constituição Federal, a cada dia cresce mais a necessidade de se planejarem programas flexíveis que atendam essas pessoas e tirá-las da condição de excluídas. Hoje, os indivíduos com necessidades especiais são chamados de pessoa com deficiência e há iniciativas de inclusão.

Hoje a deficiência recebeu novas conceituações e considerações. A Organização Mundial da Saúde (OMS), com base na Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação (CIDDDM-2), define deficiência como:

(...) uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais (...). A limitação da atividade, antes conceituada como incapacidade, é agora entendida como uma dificuldade no desempenho pessoal. A raiz da incapacidade é a limitação no desempenho da atividade que deriva totalmente da pessoa. No entanto, o termo incapacidade não é mais utilizado porque pode ser tomado como uma desqualificação social. Ampliando o conceito, essa Classificação Internacional inclui a participação, definida como a interação que se estabelece entre a pessoa portadora da deficiência, a limitação da atividade e os fatores do contexto socioambiental (OMS *apud* MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 12).

O artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de vinte e cinco de agosto de 2009, define que pessoa com deficiência:

[...] é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

A pessoa deficiente possui limitações que os impedem de executar algumas ações, mas, nos dias atuais, com os avanços tecnológicos e científicos existem

muitas alternativas que facilitam a vida dos deficientes como: a língua dos sinais (libras), o Braille, as adaptações feitas nos automóveis e outros meios de transportes que facilitam a locomoção, os tratamentos fisioterápicos, as próteses, etc. Esses avanços ajudam essas pessoas terem uma vida normal e com mais qualidade.

As causas das deficiências podem ser genéticas e congênitas, infecciosas, mecânicas, físicas, tóxicas, má alimentação, entre outras. Podem ocorrer no período pré-natal (problemas durante a gestação como remédios tomados pela mãe sem orientações médicas, tentativas de aborto mal sucedidas, má formações, rubéola, sífilis, toxoplasmose, quedas, desnutrição, perda de sangue durante a gestação, crises maternas de hipertensão, problemas genéticos e outros); perinatal (infecção hospitalar, traumas cranianos, fórceps, problemas respiratórios na hora do nascimento como diminuição ou falta de oxigênio no cérebro, que pode ser causado por ter o cordão umbilical enrolado no pescoço, prematuridade, lesões nervosas e outros); pós-natal (parada cardíaca, meningite, sarampo, paralisia infantil, caxumba, acidentes, alimentos contaminados, desnutrição, problemas metabólicos e outros).

O artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, considera pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: Deficiência Física, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Mental e Deficiência Múltipla.

É importante que os docentes, funcionários, gestores, equipe pedagógica das escolas tenham conhecimento a respeito dos tipos de deficiências, principalmente os professores que irão atender diretamente os alunos com necessidades educacionais especiais. É importante saber como lidar com os alunos, quais são as limitações de cada um, os recursos disponíveis para atender as deficiências específicas, para trabalharem com base na realidade de cada indivíduo.

1.2 A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino

Muito se tem discutido sobre a inclusão na sociedade em que vivemos, inclusão de etnias, gênero, orientação sexual, classes sociais, e o grande desafio que enfrentamos é fazer com que a sociedade como um todo se interesse pela

discussão sobre a diversidade, tendo em vista a superação das diversas formas de discriminação. A organização de grupos que lutam pela aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência com a diversidade humana vem ganhando força e crescendo a cada dia.

Também na educação, um dos grandes desafios, está marcado pela dificuldade de aceitação em lidar com as diferenças. A educação inclusiva tem a convicção de que todos podem aprender e que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas. É importante que os educadores tenham um olhar diferenciado e amplo para lidar com as várias questões das diversidades e para isso se capacitem, discutam, leiam e busquem alternativas que minimizem ou acabem com o problema da exclusão.

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino vem ocorrendo paulatinamente, com as adaptações arquitetônicas e profissionais, apesar de a discussão estar presente desde antes da Constituição de 1988. As escolas vêm sofrendo mudanças e adaptações para receber esses alunos e os profissionais estão cada dia mais se aperfeiçoando através de capacitações em serviço, cursos à distância e presenciais, cursos técnicos e superiores.

É importante compreender a finalidade da inclusão e a sua importância para as pessoas com deficiência:

A inclusão visa garantir o acesso e a participação de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, em todas as possibilidades ofertadas pela escola e impedir a segregação e o isolamento, como foi praticado ao longo dos tempos. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias lingüísticas, raciais, étnicas, aqueles que fazem opção sexual diferente das escolhas padrão, aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem e aqueles que se ausentam constantemente das aulas por razões de saúde. (MINAS GERAIS, SEE, 2006, p. 11)

Dessa forma, entende-se o objetivo da política de inclusão que é tratar todos os indivíduos igualmente, e na escola, os professores, gestores, funcionários devem propor meios para que isso aconteça. As escolas devem adaptar aos vários estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos de forma a garantir um bom nível de ensino a todos através de estratégias pedagógicas diferenciadas, uma boa organização

escolar, currículos adequados, recursos inovadores, cooperação de toda comunidade.

Nas escolas inclusivas, os alunos com necessidades educacionais especiais devem receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz. A pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educacionais especiais e os seus colegas. A colocação de crianças em escolas especiais – ou em aulas ou seções especiais dentro duma escola, de forma permanente – deve considerar-se como medida excepcional, indicada unicamente para aqueles casos em que fique claramente demonstrado que a educação nas aulas regulares é incapaz de satisfazer as necessidades pedagógicas e sociais do aluno, ou para aqueles em que tal seja indispensável ao bem-estar da criança deficiente ou das restantes crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 12)

Estudiosos acreditam que a escola regular de ensino é a melhor alternativa para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. As crianças não nascem com preconceitos e possuem uma boa receptividade com crianças com necessidades educacionais especiais. A convivência entre as crianças ditas “normais” e as que possuem deficiência, faz com que a socialização ocorra e os alunos com necessidades especiais se sintam agrupados, bem recebidos e valorizados. A sociedade transmite, ao longo do tempo, os preconceitos que as crianças vão adquirindo. Daí surge um importante papel das escolas, como mediadoras, no trabalho dessas questões com os alunos em sala de aula e com os pais, mostrando-lhes que “ser diferente é normal”. Sabe-se que existem tipos de deficiências que devem ser tratados por especialistas como terapeutas, psicólogos, psiquiatras, neurologistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros. Assim, as escolas que não possuem o atendimento especializado devem encaminhar os alunos a esses serviços, que trabalhando de forma paralela com a escola, terão resultados mais positivos no progresso do discente.

1.3 A diferença entre Integração e Inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino

Existe uma discussão a respeito dos termos integração escolar e inclusão escolar, pois apesar de serem parecidos, possuem significados diferentes e por isso

é necessário avaliar se os alunos com necessidades educacionais especiais estão sendo integrados ou incluídos nos sistemas educacionais da rede regular de ensino. Mantoan (1997) dizia que a integração escolar depende do aluno, do seu esforço, ele aprende na Escola Especial e quando tiver preparado passa a freqüentar o ensino regular, e na inclusão escolar é a escola que deve se adaptar às particularidades de cada aluno, onde todos devem aprender juntos, cada um dentro de suas potencialidades. Segundo Mantoan (2003):

Os dois vocábulos - *integração* e *inclusão* -, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. (MANTOAN, 2003, p.21)

Para haver a inclusão, as escolas precisam ser reestruturadas, tanto a rede física quanto os processos avaliativos, o currículo, as práticas docentes, o aperfeiçoamento dos profissionais de ensino, enfim, toda a escola precisa ser modificada para atender os alunos com necessidades educacionais especiais. Mas é importante lembrar que a inclusão escolar não se refere apenas a esses alunos e sim, a toda população estudantil. Segundo a Declaração de Salamanca:

A maioria das mudanças necessárias não se relacionam unicamente com a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, antes fazem parte duma reforma educativa mais ampla que aponta para a promoção da qualidade educativa e para um mais elevado rendimento escolar de todos os alunos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.21)

É importante que todos os alunos tenham igualdade de direitos e acesso ao ensino de boa qualidade. Entende-se que a qualidade educativa não se destina somente as crianças com necessidades educativas especiais, mas a todas as crianças. As escolas devem considerar o nível e o ritmo de aprendizagem de cada aluno, desenvolvendo estratégias pedagógicas que atendam todos.

Segundo a Declaração de Salamanca, de 1994, “o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem”. Os docentes, funcionários e a escola como um todo precisam considerar que cada aluno possui um ritmo de aprendizagem diferente e, por isso, é necessário adequar

os métodos e estratégias de ensino, os recursos pedagógicos para que todos aprendam e se sintam incluídos no sistema de ensino.

O atendimento escolar aos alunos com deficiência está previsto na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, em seu artigo 208, inciso III diz que deverá ser ofertado “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) garante, em seu artigo 4º, inciso III, “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A inclusão dos alunos nas escolas de ensino regular vem crescendo a cada dia, com serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades do público de educação especial. Segundo o MEC¹, em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns. Se for considerado somente as escolas públicas, o percentual de inclusão sobiu para 93% em classes comuns.

O artigo 59 da LDBEN assegura aos alunos com necessidades educacionais especiais metodologias, recursos, currículos que atendam suas necessidades, professores capacitados do ensino regular e com qualificação específica para atender esses alunos e igualdade de acesso a todas as atividades escolares. O objetivo principal das escolas inclusivas é que todas as crianças, sem distinção, possam conviver e aprender juntas.

Ações de inclusão dos alunos com necessidades especiais estão sendo ampliadas a cada dia. Porém, apesar das políticas públicas de incentivo à inclusão e, por consequência, do crescente número de alunos especiais inseridos nas escolas, ainda é preciso melhorar bastante, pois ainda existe o preconceito por parte de alguns em conviver com esses alunos. Ainda tem escolas sem reestruturação arquitetônica para recebe-los, faltam materiais de apoio pedagógico, didático; faltam profissionais capacitados, bem como incentivo a essas capacitações. Na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim há uma busca constante pela verdadeira inclusão, mas ela só será plenamente realizada quando todos (direção, equipe pedagógica, professores, pais e alunos) envolverem nesse processo. A inclusão existe sim, aos poucos, mas a integração ainda prevalece nessa escola e em muitas outras.

1.4 Situação da Inclusão de Pessoas Com Deficiência na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim

Segundo Ferreira e Guimarães, a inclusão baseia-se fundamentalmente no modelo social da deficiência, de acordo com o qual para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, a partir do entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

A Educação Inclusiva é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiências e educadores, no Brasil e no mundo. Essas discussões, estudos e debates perduraram por muito tempo e se transformaram em decretos, resoluções, leis que visam colocar em prática as ações voltadas para a inclusão.

A igualdade de oportunidades é um conceito ou princípio que se reporta a uma realidade social com desigualdades diferenciadas, resultantes de distintas determinações históricas que precisam ser tornadas visíveis e reconhecidas pela sociedade como um todo. Na aceitação, no manejo, na relação entre as diferenças é que se dá a almejada inclusão. (AQUINO, 1998, p.27).

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a pessoa Portadora de Deficiência (1999) são alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre a inclusão. Há também outros documentos mais recentes que tratam do tema, como: Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE. A Resolução nº 04 CNE/CEB, de 02 de outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. O Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007–ONU. O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007–ONU. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a

Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O Decreto nº 5.296, de 02 dezembro de 2004 que regulamenta as Leis nº 10.048 e nº 10.098 de 2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 regulamenta o Benefício da Prestação Continuada – BPC. O Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.

Através de leituras feitas dos documentos acima citados que tratam da inclusão escolar e social nota-se que as legislações buscam colocar em prática os direitos das crianças, adolescentes, jovens e idosos com deficiência. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O estado deve garantir aos alunos da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. A inclusão de todas as pessoas com deficiência está bem claro nas legislações vigentes, mas é importante também que os indivíduos tratem essas pessoas com igualdade e dignidade, é preciso que a humanidade mude seu modo de pensar e agir em relação às pessoas com deficiência.

Com a ampliação da legislação sobre a educação inclusiva, a modalidade passou a ter mais credibilidade e ser levada adiante com seriedade, pois quando se trata de leis, decretos, normas, o que era abordado apenas em discussões passa a ser obrigatório. Com as leis a escola foi orientada a cumprir as exigências como, por exemplo, receber alunos com necessidades especiais, o que antes era negado por muitas instituições; solicitar professores de apoio, solicitar salas de recursos para atendimento especializado, dentre outras melhorias.

A inclusão visa garantir o acesso e a participação de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, em todas as possibilidades ofertadas pela escola e impedir a segregação e o isolamento, como foi praticado ao longo dos tempos. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas, aqueles que têm orientação sexual diferente do padrão, aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem e aqueles que se ausentam constantemente das aulas por razões de saúde.

A inclusão é importante para todos os alunos, com e sem deficiência; todas as crianças se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as outras, a igualdade é respeitada e atitudes positivas são mutuamente desenvolvidas. (CORRÊA, 2002, p. 64).

A Escola Estadual Dona Valentina Alkimim acredita que a interação entre crianças e adolescentes de diferentes culturas, com ou sem deficiência proporciona novas aprendizagens, trocas de experiências e cultivo de valores que só tem a enriquecer a convivência entre eles. Assim, no PPP da referida escola, que foi construído com base nos anseios e necessidades da comunidade escolar que a constitui houve a necessidade de registrar a importância em tratar todos os alunos do mesmo jeito; saber respeitar, ter paciência e carinho pelos alunos com necessidades especiais. Conforme apresenta no PPP da Escola Estadual Dona Valentina Alkimim, os alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser bem recebidos e incluídos nas salas de ensino regular, a escola solicitará professor de apoio e atendimento em sala de recursos para os alunos, dessa forma, eles terão maior oportunidade em aprender, socializar e viver plenamente na sociedade.

O PPP é o resultado de discussões coletivas, de decisões tomadas juntas em prol de uma escola mais autônoma, democrática, justa que busca incessantemente por uma educação de qualidade. Há algum tempo o PPP já chegava pronto e acabado às escolas e estas deveriam colocá-lo em prática sem questionar. Com os estudos, avanços e mudanças que foram ocorrendo na educação, hoje as escolas têm autonomia para elaborar o seu próprio documento e de tal forma que contemple a realidade de cada instituição de ensino.

O PPP deve ser realista, organizado de tal forma que contemple a situação real da escola, expresse quais são e como fará para realizar seus sonhos, suas ações e propostas. É claro que tudo deve ser proposto dentro da realidade, algo

possível de ser realizado. As estratégias de inclusão de todos os alunos no ambiente escolar devem estar claramente abordadas no PPP. Inclusão que busca acolher e valorizar cada indivíduo com suas qualidades e identidades próprias.

As discussões do PPP da escola ocorreram primeiramente com toda equipe escolar com debates, vídeos, leituras, questões propostas e em seguida foram estendidas à comunidade escolar. As famílias ficaram mais caladas, deram poucas opiniões, mas concordaram com tudo que foi exposto.

O PPP da Escola Estadual Dona Valentina Alkimim fornece orientações sobre como receber e tratar os alunos com necessidades educacionais especiais, como deve ser feita a avaliação desses alunos, e também trata da possibilidade de ter professor de apoio na sala de aula e sala de recursos. Entretanto, ainda precisa apresentar melhor as estratégias de ensino e aprendizagem que serão ofertadas aos alunos com necessidades especiais, como serão avaliados ao final da etapa, quais recursos disponíveis que poderão utilizar; enfim, deverá abordar todas as possibilidades da escola para incluí-los no sistema de ensino. Dessa forma, nota-se que é necessário reformular no PPP da Escola Estadual Dona Valentina Alkimim a área da inclusão.

A Escola possui alunos com necessidades educacionais especiais que são bem recebidos e aceitos por todos os alunos e funcionários. Alguns desses estudantes possuem laudo e professores de apoio, outros ainda não possuem o professor para atendimento especializado. Quando não havia professores de apoio, os alunos faltavam a muitas aulas, não conseguiam permanecer em sala e realizar as atividades pedagógicas propostas e eram “empurrados” para a série seguinte. Como as salas são muito cheias, o professor regente não tem condições de orientar cada aluno em sua carteira e o discente com deficiência necessita de atendimento individualizado, por isso, acaba se sentindo isolado e quer sair da sala. Com o professor de apoio o aluno tem atendimento individual, tem a atenção de alguém voltada para suas necessidades de aprendizagem e socialização.

Para conseguir atendimento especializado (professor de apoio) a escola desenvolveu um trabalho coletivo. Os pais disponibilizaram o laudo médico dos filhos, a escola reuniu pais, especialistas e professores dos estudantes para realizar o Plano de Atendimento Individualizado (PDI) que foi aprovado pela Superintendência Regional de Ensino e depois pela Secretaria de Estado de

Educação (SEE). Alguns alunos possuem necessidades especiais, mas não tem laudo médico, isso dificulta o trabalho da escola, pois sem o laudo não é possível obter o apoio. Alguns alunos, mesmo com laudo, não conseguem o professor de apoio, pois sua deficiência não dá esse direito, como, por exemplo, a síndrome de Down quando não está associada a outra deficiência.

Observa-se na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim que a inclusão está acontecendo, os alunos com deficiência possuem professor de apoio para auxiliá-los nas atividades escolares, a escola está tendo sala de recursos para atender todos os alunos com necessidades educacionais especiais, mesmo aqueles que não se beneficiam com o professor de apoio. A inclusão é um sonho em transformação, que está sendo realizado aos poucos, mas pode melhorar cada vez mais, com investimento na formação profissional, além de aquisição de mais materiais didáticos, pedagógicos adaptados e reformas arquitetônicas. Ainda persiste na escola a prática de integração desses alunos, que somente com tais investimentos será possível a transição para a plena inclusão.

Em algumas reuniões pedagógicas realizadas pela escola já foram feitos estudos do Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais, pois é importante que todos vivenciem a inclusão e não apenas os profissionais que lidam diretamente com os alunos com deficiência. Os pais dos alunos com necessidades educacionais especiais, através de reuniões periódicas e eventos escolares, demonstram contentamento pelo trabalho que a escola vem desenvolvendo, já relataram progressos que os filhos apresentaram na vida social e na aprendizagem e como estão mais felizes e motivados.

A escola já obteve vários avanços no atendimento aos alunos com necessidades especiais como: aquisição de sala de recursos, professores de apoio, acessibilidade na estrutura física, mas ainda é necessário mobilizar todos os servidores para o processo de inclusão, porém, alguns não se interessam em desenvolver leituras, estudos e ficar por dentro desses assuntos, outro desafio enfrentado é que ainda há poucos materiais didáticos, pedagógicos adaptados a esse público e, por isso, a escola está desenvolvendo oficinas para os próprios docentes confeccionarem esses objetos.

Hoje a Escola Estadual Dona Valentina Alkimim é vista pela sociedade de Claro dos Poções como uma escola inclusiva, que preocupa com seus alunos, que

busca alternativas para superar os problemas e que tem como foco o bem-estar intelectual, emocional e afetivo de seus discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como ocorre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na Escola Estadual Dona Valentina Alkimim e ainda conhecer a história da deficiência, compreender a diferença entre inclusão e integração, conhecer alguns tipos de deficiências, analisar o atendimento que alunos com necessidades educacionais especiais recebem nas escolas de ensino regular. O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu aproximar bastante dos objetivos propostos, realizando assim algumas reflexões sobre o tema.

Através das pesquisas, leituras e análise do PPP da Escola Estadual Dona Valentina Alkimim foi possível concluir que a Gestão Democrática está acontecendo efetivamente, pois as decisões escolares são tomadas com a participação e envolvimento de toda comunidade escolar, alunos e familiares tem oportunidade de professarem ideias e opiniões acerca de vários assuntos, e, em geral, participa dos eventos escolares.

A construção do PPP ocorreu com a participação de todos da comunidade escolar. E também a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais está acontecendo aos poucos, pois os alunos geralmente não sofrem discriminação na escola, possuem atendimento educacional especializado e são tratados conforme suas dificuldades e necessidades. Apesar das escolas já terem melhorado muito em relação à estrutura física, aquisição de materiais didáticos, pedagógicos, mobiliários, ainda é necessário haver muito investimento na rede física, em instrumentos e mobiliários, e na formação dos profissionais das escolas.

Contudo, pode-se concluir que os alunos com necessidades educacionais especiais da Escola Estadual Dona Valentina Alkimim recebem atendimento especializado, por meio da intervenção pedagógica de professores de apoio, nas salas de aula regulares e no atendimento em sala de recursos. Esses alunos são bem tratados por colegas e funcionários. Mas ainda é possível afirmar que eles estão integrados nesta instituição de ensino e através de mais investimentos

(formação continuada, arquitetônica, didático, pedagógico) será possível a transição da integração para a plena inclusão.

Para que a inclusão se torne plena e atinja todos os alunos ainda são necessários muitos investimentos: salas de recursos mais equipadas, com computadores contendo softwares destinados a todos os tipos de deficiências, jogos específicos a cada realidade dos alunos, qualificação em serviço aos professores de apoio e aos demais profissionais que trabalham na escola e vários outros equipamentos. O processo de inclusão é lento, mas o mais difícil é o primeiro passo e este já foi dado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: SUMMUS, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. Organização do texto: Juarez de Oliveira. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Brasília, 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde (2003). **Manual de Legislação em Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação. Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 17 agosto 2015.

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação. Portal Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/duvidas-educacao-especial>>. Acesso em: 17 agosto 2015.

BRASIL, MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 08 junho 2015.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **A declaração de Salamanca**. Sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca, Espanha, 7 a 10 junho de 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 05 maio 2015.

CORRÊA, Rosa Maria. Forma – Ação de professores. **Educação Inclusiva: Construindo significados novos para a diversidade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Lição de Minas, 2002.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: 1989.

MAZZOTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2003 a, Ministério Público Federal.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A Integração de Pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, Memnon, 1997.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola**. Disponível em: <escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf>. Acesso em: 06 maio 2015.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. RESENDE, Lúcia G. de (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**DERMEVAL SANTOS SILVA NETO
CLÁUDIO JOSÉ ANTÔNIO SILVA**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lucilene Santos Tolentino Moura do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE - 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	10
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	12
3. CURRÍCULO.....	15
4.TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	17
5. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	20
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	21
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	23
8. AVALIAÇÃO.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A construção do projeto Projeto Político Pedagógico a partir de uma vivência coletiva é a oportunidade que a escola tem de desempenhar o seu papel social, de praticar a democracia plena e planejar ações de planejamento coletivo visando uma educação de qualidade. É um momento importante para confrontar a escola que se tem com a escola que se pretende ter.

Assim, o Projeto Político Pedagógico se torna um fazer contínuo no dia-a-dia da prática escolar, redefinindo constantemente o fazer pedagógico, o currículo, as relações de trabalho, o espaço escolar, os processos de decisão, as formas de avaliação e possibilitando a reflexão contínua de todos os envolvidos na construção de uma escola de qualidade. Segundo (AZEVEDO – 2002) o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social. Diante desta perspectiva de trazer a participação de todos há que se trilhar longos caminhos para convencer todos os atores do seu papel vital na construção de um Projeto Político Pedagógico que contemple as reais necessidades de uma educação de qualidade, pois a prática democrática ainda é um processo em construção, exige credibilidade, transparência, planejamento e envolvimento.

A Escola Estadual Dona Valentina Alkimim está situada no distrito de Vista Alegre, à rua Armando Veloso Brant, 87, centro, município de Claro dos Poções. O distrito tem uma população em torno de dois mil habitantes entre moradores das zonas urbana e rural. Conta com uma infraestrutura de boa qualidade; ruas asfaltadas, água e esgoto tratados, cartório, delegacia policial e posto de saúde . A economia gira em torno do comércio, do reflorestamento e da atividade rural.

Após a conclusão do ensino Médio os alunos migram para cidades maiores, como Montes Claros, Belo Horizonte e Contagem em busca de

empregos. Composta atualmente por aproximadamente 450 alunos, 40 profissionais, a escola é a única na comunidade e atende alunos a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e os da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio. É referência na comunidade. Realiza várias atividades que abrangem a comunidade local como gincanas, torneios, exposição artística e cultural na praça principal, desfile cívico dentre outros. As atividades são planejadas de forma coletiva, através de reuniões de módulo, dois que acontecem semanalmente e periodicamente através de reuniões administrativas. É na escola que a juventude se encontra, que a comunidade realiza grande parte de suas atividades, que as religiões encontram espaço para interação e realização de atividades diversas. As ações tentam ao máximo retratar a escola como extensão da família, como lugar de lazer, respeito, socialização da vivência democrática. Defender princípios democráticos como a participação, a igualdade de oportunidades, a qualidade na educação são ações fundamentais para formar cidadãos conscientes. Como nos fala Paulo Freire:

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE)

O espaço escolar é modesto. Existe um prédio antigo, mas reformado e em boas condições, com 08 salas de aula, um laboratório de informática em funcionamento, uma biblioteca, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de supervisão, uma sala de recursos, uma cantina com refeitório e despensa organizada para armazenamento de gêneros alimentícios, banheiros necessitando de reformas urgentes.

A entrada da escola necessita de cobertura para abrigar os alunos em dia de chuva ou sol quente. A quadra está sendo reconstruída e coberta propiciando assim maior espaço para as práticas educativas.

Construir um projeto de tal de dimensão é uma tarefa árdua. É necessário ter a dimensão exata da escola que se tem e da escola que sonhamos. É preciso partir de um diagnóstico preciso, real e buscar aspirações

desejadas dentro de uma realização possível. Durante todo o processo de construção tivemos muita dificuldade em reunir os pais, alunos, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar. Os pais alegam não ter tempo disponível para participar das reuniões na escola alegando diversos motivos. Os professores trabalham em mais de uma escola e muitas vezes em cidades diferentes. É um verdadeiro quebra-cabeça conseguir reunir o pessoal.

O Projeto Político Pedagógico busca concretizar a função social da escola em prol de um ensino de qualidade, de um sociedade mais justa e da garantia do ingresso e permanência do aluno na instituição.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O sentido da vida humana está na constante busca do conhecimento, que se faz a todo instante, como orienta Paulo Freire com a seguinte afirmação:

Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra. (FREIRE,2002,p.77-78)

Como seres sociais, é direito e dever de todo cidadão viver em comunidade democrática onde todos possam ter voz, vez e respeito de maneira igualitária. Que a sociedade aja conscientemente respeitando os direitos humanos, que decisões sejam tomadas a partir do diálogo e da liberdade de expressão. Que todos vivam de forma pacífica, com união e colaboração, pois assim encontrar-se-ão soluções para problemas individuais e comuns. Que pensar com otimismo seja uma constante humana, que o amor prevaleça em toda ação. Que todos possam opinar e participar de uma sociedade inclusiva. Que a fé e o senso de justiça sejam eixos norteadores no decorrer da vida. O homem não nasceu pra viver sozinho e sim para conviver. Deve a escola formar homens democráticos, conhecedores de que sua liberdade tem limites (a do próximo). Deve a escola formar cidadãos que trabalhem de forma ética, que sejam honestos e transparentes em seus atos. Que sejam compreensivos, capazes de entender que seu próximo também tem problemas, que ninguém está livre deles. Que em sua vivência sejam idealistas, que nunca desistam de buscar o que lhes será bom, vivendo assim com otimismo. Que o egoísmo não os distancie de seus semelhantes, que sejam sempre fraternos e solidários, que lutem pela justiça.

Assim sendo, a Escola Estadual Dona Valentina Alkimim, tem como missão oferecer um ensino de qualidade ao aluno, garantindo sua formação integral, adequando as propostas curriculares à sua realidade, levando-o a agir

conscientemente, buscando transformar a sociedade em que vive, inserindo-o nesta, com capacidade crítica de desempenhar eficientemente o seu papel.

Para efetivar a sua missão a escola deverá ser capaz de:

- Possibilitar a organização e funcionamento da escola buscando a educação desejada;
- Permitir pelo movimento ação-reflexão-ação, concretizar as intenções dos profissionais da escola
- Resgatar a cultura local e regional;
- Estimular o perfil ideal do profissional da educação para atender as necessidades da escola;
- Estimular a integração entre família e escola, para compartilhar responsabilidades na educação;
- Incentivar os alunos à assumirem posturas de participação e compromisso para que possam exercer e usufruir de sua cidadania;
- Fazer com que a escola seja espaço de decisões coletivas, ampliar as metodologias inovadoras, visando a construção da aprendizagem e formação dos alunos;
- Propor mudanças na gestão escolar, nas relações interpessoais, na organização do tempo escolar, nos conteúdos com currículo diferenciado para um atendimento eficaz aos alunos;
- Propiciar ao aluno, desde o início da escolarização, o ensino necessário à sua preparação como cidadão e como profissional;
- Oferecer ao aluno condições e meio de desenvolvimento de seu espírito crítico e reflexivo, tornando-o inserido em sua época;
- Prover ao aluno condições que lhe permitam situar-se como agente de sua própria história e da história da sociedade a que pertence;
- Elaborar e executar a Proposta Pedagógica;
- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidas;
- Prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- Criar ações democráticas que favoreçam relações interpessoais, solidárias, proporcionando a integração escola/comunidade através de projetos, eventos culturais, gincanas, datas comemorativas e outros.
- Formar o aluno com experiências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas necessárias para que ele viva plenamente em sociedade.
- Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- Assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais sua inclusão e adaptação necessárias ao pleno exercício da cidadania, oferecendo a estes, atendimento em classes regulares.
- Incorporar meios tecnológicos na aprendizagem e nos programas escolares, aprimorando a leitura e a escrita dos alunos.

Assim, a Escola Estadual Dona Valentina Alkimim, em conformidade com o que recomendam os estudiosos, oferece aos seus alunos uma educação que prioriza a educação democrática, como afirma FERREIRA (2000):

a gestão democrática da educação é hoje um valor já consagrado [...]. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização.

É necessário então, inovar práticas tornando a escola, principalmente as salas de aula mais atrativas, pois mediante a modernização, a era

tecnológica, os discentes têm muito a ensinar, a compartilhar. Desenvolver ações com uma postura crítica e libertadora, entendendo a função social de preparar os alunos para a vida, torna-se um dever. Pretende-se que o aluno ao sair da escola tenha desenvolvido suas competências para viver autonomamente em sociedade, desenvolvendo seu papel de cidadão crítico, consciente de suas atitudes e valores. Segundo (PERRENOUD – 2005) é necessário que os alunos desenvolvam:

a questão das competências consideradas necessárias para viver em uma sociedade do século XXI, isto é, para governar sua existência, constituir uma família, trabalhar, enfrentar o desemprego sem se destruir, votar, participar, formar-se, organizar seu lazer, gerir seus bens, ter uma certa independência em face das mídias, cuidar de sua saúde, compreender o mundo.

A prática construtivista será uma das mais marcantes na escola, pois tem o seu foco na argumentação, discussão e debate na construção de uma escola democrática.

“A característica mais distinta do construtivismo, em relação à prática pedagógica é a ênfase na argumentação, discussão e debate. Na escola construtivista é reservado ao estudante o papel de sujeito no processo de aprendizagem. O aprendiz constrói uma representação interna do conhecimento, uma interpretação pessoal da experiência. Esta representação está sempre aberta para mudanças e suas estruturas e associações formam a base para que novas estruturas de conhecimento sejam incorporadas”. [CUNN92]

O grande desafio da escola é repensar a prática pedagógica para redirecioná-la rumo as novas demandas da formação humana, pois segundo PERRENOUD – 2005, é preciso desenvolver

as competências que fazem de nós não apenas trabalhadores, independentes ou assalariados, mas seres autônomos, cidadãos responsáveis, pessoas que têm uma vida privada, familiar, espiritual, sexual, associativa, de lazer, de engajamento em diversos projetos e em diversas causas. Essa reflexão não é apenas técnica; ela coloca, antes de tudo, a questão das finalidades da escola. É urgente reconstruir uma transposição didática com base em sondagens sérias a respeito do que as pessoas precisam efetivamente para viver, refletir, formar-se e atuar em todos esses registros.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As primeiras referem-se à locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. As pedagógicas, que, teoricamente, determinam a ação das administrativas, “organizam as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades” (Alves,1992, p.21). As estruturas pedagógicas referem-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico:

Logo, a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade. (CURY 2010)

I- IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola Estadual Dona Valentina Alkimim

Código: 079 855

Tipologia: PO45B2

Rua: Armando Veloso Brant, 87

Distrito de Vista Alegre

Cidade: Claro dos Poções - MG

CEP: 39 385 000

Tel: (38) 3237 2025

Localização: Urbana

Subordinação: 22ª SRE – Montes Claros

II- MODALIDADE DE ENSINO OFERECIDA

Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano

Ensino Médio – Regular

Ensino Médio – Educação de Jovens e Adultos – EJA

III- LEI DE CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA

A escola foi criada, oficialmente com a lei Municipal nº 02, de 28/09/1963 e sancionada em 20/10/1964 conforme MG de 17/08/1965 funcionava com apenas uma classe multe seriada, com as três primeiras séries.

A extensão de série foi autorizada a partir de 1979, de acordo com a Resolução 3053/70, do Artigo 4º, do Decreto Estadual de nº 1888, publicada no MG de 10/11/1977.

IV- PEQUENO HISTÓRICO

Aproximadamente por volta do ano de 1926, apareceu a primeira escola da localidade de Água Boa, hoje distrito de Vista Alegre. A escola teve várias denominações: Escola Rural de Vista Alegre, Escolas Combinadas Pio Canedo, Escola Estadual de Vista Alegre e atualmente, Escola Estadual Dona Valentina Alkimim em homenagem à Dona Valentina Alkimim, moradora antiga, nascida em Condado do Norte, local próximo a São João da Ponte, em 12/11/1902, que dou o terreno para a construção do prédio.

Em 1991, visando à melhoria da qualidade de ensino e garantir a gestão democrática nas escolas públicas, o Diretor da Escola foi escolhido pela comunidade escolar, através do voto direto, por legislação estadual específica.

V- INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Caixa Escolar Armando Veloso Brant – fundada em 1979.

Biblioteca Escolar Cecília Meireles – fundada em 1985

Colegiado Escolar – fundado em 1992

Conselho de Classe

VI- RELAÇÃO DE DIRETORES E PERÍODO DE ATUAÇÃO

- 1- Maria Edite Fernandes Ribeiro – 1970 a 1990
- 2- Wilma Edna Ribeiro -1991 a 1996
- 3- Dermeval Santos Silva Neto – 1997 a 2003
- 4- Wilma Edna Ribeiro - 2003 a 2005
- 5- Dermeval Santos Silva Neto – 2006 a 2008
- 6- Geralda Moema Gomes Lima – 2008 a 2014

2.1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA:

I- EQUIPE ADMINISTRATIVA PEDAGÓGICA – 2014

Equipe Administrativa – uma Diretora, dois Vice-diretores

Equipe Pedagógica – Duas supervisoras designadas

Equipe de Secretaria – uma secretaria, três auxiliares.

Equipe de Biblioteca – duas professoras designadas

Auxiliar de Serviços Básicos – seis servidoras e um servidor.

Professores – dois efetivos e quinze designados

II- DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA

- Diretoria – uma
- Secretaria – uma
- Sala de Professores – uma
- Despensa de alimentos – uma
- Cantina – uma
- Biblioteca – uma
- Sanitários – quatro (funcionários e alunos)
- Salas de aula – sete
- Refeitório – 1um
- Quadra em construção
- Laboratório de Informática – um
- Hall – um

III- RECURSOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS

- Aparelho de Televisão – três
- Antena Parabólica – um
- Microcomputadores (usados) – treze
- Microcomputadores (novos) – um
- Impressoras – sete
- Aparelho de som – três
- Caixa amplificadora – três
- Aparelhos de DVD –quatro

- Datashow - três

IV- UTENSÍLIOS / MÁQUINAS / APARELHOS EM USO

- Geladeiras – uma
- Liquidificador industrial – um
- Fogões Industriais – dois
- Bebedouros Elétricos – dois
- Forno a gás – um
- Freezer – dois

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA:

A escola busca uma organização pedagógica compatível com a finalidade do Projeto Político-Pedagógico, através de planejamento, monitoramento e avaliação, com o desenvolvimento de projetos disciplinares, interdisciplinares e institucionais que abordam os temas transversais além do currículo programado.

Através do diálogo e participação, que precisam ser melhorados, a escola busca uma comunicação eficaz entre todos os segmentos da comunidade escolar, desenvolve uma metodologia de trabalho que busca a participação de todos e o desenvolvimento global do educando. A construção coletiva do PPP traz a preocupação dos membros da escola em diagnosticar e planejar ações com fins sociais e pedagógicos para que a escola, utilizando sua autonomia construa um convívio social saudável e prepare o aluno para a vida em sociedade, tornando-o capaz de agir e transformar. Mais que um espaço físico, a escola é local de diálogo, reações e construções.

I. Enturmação

Como a escola oferece Ensino Fundamental a partir dos anos iniciais, Ensino Médio e EJA (Ensino Médio) e seus alunos a grande maioria advêm da zona urbana e poucos da zona rural, uma clientela praticamente com a mesma origem, a enturmação é feita observando os diagnósticos do ano

anterior e, sobretudo, priorizando as diversidades dos níveis de aprendizagem. Após a avaliação diagnóstica, é feita privilegiando os seguintes aspectos:

- 1- Idade;
- 2- Interesses: principalmente os emocionais e motivadores (privilegiando turmas heterogêneas);
- 4- Não numeração de turmas de maneira classificatória;

TOTAL GERAL DE ALUNOS DE 2014: 420

Nº DE TURMAS POR TURNO

MANHÃ – 07 TARDE – 07 NOITE – 01

TOTAL DE ALUNOS POR TURNO

MANHÃ – 200 TARDE – 190 NOITE – 30

II. Turnos de Funcionamento

1º TURNO – de 07h às 11h30min – Ensino Fundamental e Médio

3º TURNO – de 13h às 17h30min – Ensino Fundamental

5º TURNO – de 18:30h às 22h40min – Educação de Jovens e Adultos – EJA – (Ensino Médio)

III. Colegiado Escolar

Composto por 16 membros (08 titulares e 08 suplentes), é um órgão atuante e se reúne mensalmente conforme programado no calendário escolar e extraordinariamente. Com função deliberativa, age de maneira consciente, dialógica e analítica, visando soluções para os problemas e a melhoria da escola.

IV. Conselho de Classe

É um momento de reflexão sobre o trabalho pedagógico em vista dos resultados das turmas, analisando o cotidiano escolar e a prática na sala de aula. É momento de avaliar o processo ensino-aprendizagem e refletir sobre o desempenho dos alunos, as mudanças necessárias para sanar as dificuldades

e os pontos negativos. A equipe pedagógica monitora o trabalho e lidera as reuniões, repassando posteriormente a alunos e pais os resultados analisados e procedimentos a serem adotados. Composto, professores, equipe pedagógica e direção, o Conselho de Classe se reúne bimestralmente. Ainda não alcançamos o ideal, mas estamos caminhando na busca de mais qualidade e melhores resultados.

V. Reuniões Pedagógicas

Com o objetivo de refletir a escola, analisar nossas práticas, buscar ideias, troca de experiências nos reunimos semanalmente, cumprindo o Módulo II, e em outros momentos conforme necessário, para planejamento. As reuniões permitem análise e intervenções pedagógicas.

VI. Reuniões com pais

Ocorrem bimestralmente nos três turnos escolares, possibilitando assim a presença de todos. Muitos pais ainda demonstram uma resistência em participar ativamente da vida escolar de seus filhos. Para aproximar mais das famílias utilizamos o serviço de som da igreja católica local, que abrange toda a comunidade para avisos, convocações, convites e esclarecimentos.

VII. Projetos Pedagógicos

São desenvolvidos institucionalmente o Projeto “A Arte Põe Praça” o Projeto Santo de “Casa Faz Milagres” e o Desfile Cívico. Outros são incorporados de acordo com datas cívicas e eventos. Os projetos permitem maior interação entre as turmas e promovem conhecimento, saber.

Os alunos com baixo rendimento são atendidos com o Projeto de Intervenção Pedagógica, desenvolvido durante o ano inteiro coordenado pelo serviço pedagógico e executado por professores e voluntários.

VIII. Recursos financeiros

Os recursos financeiros são administrados pela Caixa Escolar Armando Veloso Brant, com análise, parecer e deliberação do Colegiado Escolar.

Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura as melhores condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas de desempenho profissional dos professores, de modo que seus alunos tenham efetivas possibilidades de serem bem-sucedidas em suas aprendizagens. (LIBÂNEO, 2004, p.263).

Dessa forma, a Escola Estadual Dona Valentina Alkimim busca, coletivamente, analisar, construir e realizar seus projetos exercitando a democracia e a autonomia política e pedagógica e, dentro de sua organização, propiciar uma educação de qualidade. Tem alcançado bons resultados nas avaliações externas PROALFA, SIMAVE/PROEB, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém precisa alcançar melhores resultados nos anos finais e no Ensino Médio.

Toda esta estrutura pedagógica tem como objetivo propiciar um convívio social saudável, preparar o aluno para a vida em sociedade, tornando-o capaz de agir e transformar o meio em que vive. Construir uma educação de qualidade de inclusão e permanência, garantindo assim o direito social do cidadão previsto na Constituição brasileira de ter uma educação de qualidade.

A realidade da nossa escola ainda está aquém da desejada. Para efetivar o anseio de uma educação de qualidade seria necessário um investimento maior em infraestrutura física, com espaços propícios para o desenvolvimento de várias atividades que vão além da sala de aula. Valorização dos profissionais com salários dignos, dedicação exclusiva, investimento em capacitação permanente e mais profissionais especializados, merenda de melhor qualidade, participação efetiva da família e dos órgãos colegiados.

3. CURRÍCULO

O currículo é parte importante da organização escolar e na construção do projeto-político-pedagógico de cada escola. Por isso, deve ser pensado e refletido por todos os segmentos escolares. O currículo escolar é o meio pelo qual a escola se organiza, faz suas propostas e orienta sua prática.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

A LDB 9394/96 sobre a definição de currículo menciona:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

A Escola Estadual Dona Valentina Alkimim de acordo com a LDB 9394/96 segue uma base nacional comum com um modelo de matriz curricular da Secretaria de Estado de Educação fazendo adaptações de acordo com as necessidades dos alunos. Sendo o currículo mais amplo que a matriz curricular, envolvendo mais que disciplinas e conteúdos, tende a ser construído conjuntamente pois é a soma de todas as ações pedagógicas vinculadas à realidade da comunidade em que a escola está inserida, à história, aos valores culturais. O currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Sobretudo questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

O currículo deve solidificar o acesso ao conhecimento, ao senso crítico e à participação cívica bem como o respeito ao outro e à vida, permitindo à escola oferecer um bom ensino e democratizar seu espaço. Faz assim parte do currículo uma comunidade ativa, participativa que analise a escola e construa seu projeto pedagógico promovendo a igualdade e excluindo quaisquer atos autoritários e discriminatórios, buscando meios que promovam o cumprimento da função social da escola, assegurando o acesso, a permanência do aluno e oferecendo-lhe uma educação de qualidade.

A Escola Estadual Dona Valentina Alkimim diferencia seu currículo, somando às disciplinas tradicionais ações inovadoras, projetos e dinamicidade

em sala de aula e nos outros espaços da escola. O currículo é utilizado como um instrumento de transformação que engloba conteúdos, disciplinas, ações e relações intra e extraescolares de forma socializadora, valorizando as mudanças sociais, a realidade histórico-cultural e visando o aprender do educando e sua formação cidadã. Assim, tem-se por objetivo a construção de conhecimentos e valores, de maneira mais democrática e participativa que atenda à realidade da escola. Busca-se a formação de indivíduos capazes de entender as desigualdades e respeitar as diferenças vivendo socialmente em busca de um mundo melhor:

Nessa perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação 1994, p. 33)

O currículo da nossa escola está vinculado ao contexto social da comunidade em que a escola está inserida. Contesta a ideologia dominante na medida em que a maioria discute a sua construção, implementação e avaliação, porém a organização curricular ainda é hierarquizada e fragmentada prevalecendo conteúdos tidos como nobres, dando maior ênfase nos seus planejamentos e execução no ambiente escolar.

O termo currículo ainda é confundido com grade curricular. Há uma grande dificuldade na compreensão ampla do que é o currículo. Com isso estabelece-se dificuldades em combater a desigualdade dentro do próprio ambiente e a prática continua a difundir com pouca resistência as ideologias dominantes. O currículo tem uma estreita relação com os PCNS, porém carece de uma postura mais crítica e observação mais detalhada na hora de incorporá-los nos planejamentos.

Os projetos desenvolvidos na escola têm a preocupação de buscar sempre uma conexão com o currículo, pois os objetivos propostos sempre têm como foco melhorar a qualidade da educação, envolver a comunidade e tornar os alunos sujeitos do processo ensino aprendizagem.

A questão curricular corresponde a um processo contínuo e complicado de desenho do ambiente escolar, um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução. Esse desenho, para elaborar-se, requer o técnico, o político, o estético e o ético (Apple, 1991).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

...se submetemos os diferentes ritmos dos alunos a um único tempo de aprendizagem, produziremos a diferenciação dos desempenhos dos alunos. Cada um caminhará a seu ritmo dentro de um mesmo tempo único, logo, uns dominam tudo e outros, menos. Caso se queira unificar desempenhos (nível elevado de domínio para todos) há que se diversificar o tempo de aprendizagem. Para tal é preciso permitir que cada um avance a seu ritmo usando todo o tempo que seja necessário. Este é um dos pontos de ancoragem da exclusão na escola – a seriação intra e extraclasse das atividades, com tempo único. Mas note-se que não basta dar todo o tempo necessário, é preciso que ele tenha ajuda igualmente diferenciada para aprender (materiais diversificados, ajuda pontual durante o processo de aprendizagem) de forma que este tempo adicional necessário possa ser suportável para a escola e para o próprio aluno em sua aprendizagem. Estava também indicado o elemento-chave para tornar a diversificação do tempo eficaz – a existência de apropriadas formas de ajuda disponíveis para lidar com os diferentes alunos (Freitas 2004)

É muito importante a divisão dos tempos e espaços escolares sempre tendo como foco o desenvolvimento integral do educando, propiciando-lhe maior e melhor aprendizagem. O tempo escolar demanda muito diálogo e negociação, pois é algo muito complexo, indo muito além do calendário escolar determinado por legislação específica, envolve todo o fazer pedagógico da escola e a comunidade em que a escola está inserida. Na visão de CAVALIÈRE – 2007:

Em sua configuração concreta, o tempo de escola é determinado por demandas que podem estar diretamente relacionadas ao bem-estar das crianças, ou às necessidades do Estado e da sociedade ou, ainda, à rotina dos adultos, sejam eles pais ou professores. Essa característica constitutiva complexa dá ao tempo escolar uma dimensão cultural que nos impede de com ele lidar de forma meramente administrativa ou burocrática, sendo sua transformação o resultado de conflitos e negociações.

Através da organização do tempo e espaço escolares, há um anseio em tornar a escola um ambiente saudável, de convívio social harmonioso, de lazer, integração, crescimento e saber. O calendário prevê a divisão do ano letivo em bimestres.

O Planejamento coletivo é feito anualmente ao final de cada período letivo. Discute-se o calendário e aprova-o. É feita uma revisão das normas de conduta dos alunos e funcionários, onde as representatividades são ouvidas,

aprova-se também o calendário das atividades internas e os projetos a serem desenvolvidos.

As reuniões de módulo 02 são realizadas semanalmente as terças-feiras, a partir das 17:30 h e cada um participa de acordo com a carga horário a ser cumprida. No início, todos participam juntos e depois o planejamento é feito por nível de ensino. São utilizadas para planejamento, relato de experiências e discussão dos problemas enfrentados na sala de aula. As reuniões administrativas são convocadas sempre que surgem necessidades de um planejamento geral da escola ou para avaliar o andamento geral. As reuniões de Conselho de Classe e Pais, acontecem sempre após o encerramento dos bimestres, totalizando quatro anuais. Após o encerramento dos bimestres é feito um Conselho de Classe Final para apuração dos resultados e decisão sobre o encaminhamento dos alunos que ainda que ainda apresentaram dificuldades de aprendizagem.

A escola funciona em três (03) turnos escolares. As aulas são ministradas em cinco (05) módulos diários de cinquenta (50) minutos para todas as turmas nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular e Educação de Jovens E Adultos. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são (04) quatro horas diárias. A Escola zela pela importância de um planejamento consciente para cumprimento dos módulos-aula, do respeito à carga horária do aluno, no sentido de ministrar algo que faça sentido e provoque o real aprendizado e desenvolvimento. Há um intervalo de vinte (20) minutos após três (03) aulas nos turnos diurnos e noturno.

Os Ensinos Fundamental e Médio são divididos em séries e a EJA em módulos. A merenda é feita com asseio e carinho e distribuída no refeitório.

O espaço físico é limitado, não oferecendo muito conforto para os alunos. Há um palco central onde ocorre sessões lítero-musicais e outras apresentações. A quadra coberta está em construção. A sala de Informática não atende toda a demanda e é preferencialmente destinada às turmas do 1º ano do Ensino Médio que optaram pela Tecnologia da Informação como área de empregabilidade. Algumas aulas de Literatura ocorrem na biblioteca que, embora pequena, atende as necessidades inclusive da comunidade, pois é aberta a todos. Há uma preocupação de todos em aumentar o acervo literário e começou-se a informatizar esse espaço. Os professores contam com uma sala

pequena banheiros, televisão, aparelho de DVD e computador onde fazem seus planejamentos.

Com agendamento, os alunos têm espaço no contraturno escolar para realização de atividades, trabalhos, grupos de estudo, reforço de aulas, formação e outros.

A comunidade utiliza bastante o espaço escolar para celebrações, encontros, etc.

Assim, a escola busca, a cada dia, tornar o espaço escolar bem flexível de forma a atender as particularidades da escola e de toda a comunidade, pois como afirma BRITTO (1991, p.12):

a escola como organização é uma entidade social complexa onde se inter-relacionam várias estruturas e múltiplos intervenientes: alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais e comunidade em geral, contribuindo todos para uma mesma finalidade e missão.

A relação entre a qualidade do trabalho pedagógico e o tempo escolar dá-se através da análise do desempenho do aluno observando seus avanços e retrocessos e fazendo intervenção sempre que necessário, estendendo ou não seu tempo em uma determinada fase de aprendizagem.

Entendendo a função social da escola, sua importância em formar cidadãos capazes de transformar o mundo, a Escola Estadual Dona Valentina Alkimim busca se organizar para atingir seu objetivo, aproveitando seu tempo para aprendizagem global e seu espaço de maneira interativa e flexível rompendo as barreiras da sala de aula, considerando as diferenças e ensinando com alegria.

5 – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Diante dos desafios globais da sociedade e do mundo em que vivemos, das novas exigências impostas pela revolução técnico - científico - informacional - social acreditamos que a educação deve ser inclusiva.

De fato, uma das finalidades da educação é o alargamento do horizonte cultural do educando e a construção da solidariedade humana: Quanto mais amplo o mundo em que cada um de nós habita, mais espaço há

para o diferente, para o novo que humaniza, para o diálogo, para a revisão crítica dos saberes e sua socialização, para as relações interdependentes e orgânicas. Portanto, uma educação capaz de formar cidadãos transparentes, preocupados com a promoção da vida, com a participação, com a solidariedade e a fraternidade.

Ora, uma escola que viabilize essa educação inclusiva e solidária deve ter uma metodologia de natureza participativa e dialética, que prepare para a vida, que seja flexível às diversas mudanças, sem embarcar nos diversos modismos, comprometida com o ser, através de práticas pedagógicas também participativas e dialógicas. Que conceba, conseqüentemente, o conhecimento como construção constante, na sua eterna tentativa de superação de limites inerentes a ele.

A escola se propõe a cumprir o previsto na legislação vigente e nas diretrizes Nacionais para a Educação Especial. É de grande importância que todos os alunos desta escola sejam tratados do mesmo jeito, com igualdade, tendo seus direitos e deveres garantidos, sejam respeitados e valorizados. Tanto os servidores quanto os colegas deverão cultivar a paciência, a delicadeza, a dedicação para saber lidar com os alunos com necessidades especiais e dar-lhes carinho e atenção.

Os alunos com necessidades especiais serão atendidos nesta escola com tratamento apropriado para cada caso, em classes regulares de ensino. Para cada aluno com deficiência será feito o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) onde haverá a participação da equipe pedagógica, professores, familiares e demais profissionais envolvidos com o(a) estudante. Após a elaboração do PDI será solicitado à Superintendência Regional de Ensino atendimento educacional especializado através de professor de apoio e sala de recursos.

6 - PROCESSOS DE DECISÃO

Os processos de decisão dentro da escola se constituem numa forma sistemática, articulada e permanente, buscando garantir a organização e o desenvolvimento da gestão da escola, de forma democrática e participativa

visando a eficiência do processo ensino-aprendizagem e a concretização da função social da escola.

A Escola Estadual Dona Valentina Alkimim sempre convoca e reúne as representações dos diversos segmentos representativos para planejamentos e tomadas de decisões, sempre buscando solucionar problemas e lidar com as situações cotidianas de forma dialógica, por meio da palavra, do respeito, buscando entender o outro. Há respeito hierárquico, autoridade, mas não autoritarismo. A escola lida com os diferentes sujeitos, promovendo respeito, carinho, tolerância e aproximação. Segundo GONÇALVES, 2001,

podemos afirmar que ser administrador não é a razão da existência da escola, mas sim o ser espaço - tempo da prática pedagógica em que a criança e o jovem relacionam-se entre si, com os professores, ideias, valores, ciências e arte cultural, livros equipamentos, problemas e desafios, concretizando a missão da escola de criar a oportunidade para que ele se desenvolva, construam e reconstruam o saber.

A diretoria composta por um diretor e dois vice-diretores é escolhida através de prova de competência, consulta à comunidade através do voto e confirmação do chefe de estado.

Tomar decisões é uma responsabilidade enorme e este ato deve ser pautado em estudos coletivos, análises na tentativa de atingir um resultado positivo. Isso quando é feito de maneira descentralizada e democrática gera melhores fins, pois como elucida Hora (1999, p.53):

A escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana.

A escola já passou por processos de indicação de diretor, alguns tranquilos e outros conflituosos, mas tais processos contribuíram para o amadurecimento da democrática no espaço escolar. Há um conselho de Classe formado por especialistas, professores e diretoria, com reuniões bimestrais que avalia o trabalho em sala de aula, rendimentos e ressalta pontos positivos e negativos que são referências para as intervenções necessárias, ressaltando assim a dimensão pedagógica.

O Colegiado Escolar, apesar de incansáveis esforços, ainda tem dificuldade em se reunir para reuniões mensais e extraordinárias. Tem função deliberativa, decide pelo dia-a-dia escolar no que diz respeito às várias dimensões da gestão. Há também a atuação do Conselho Fiscal o que ajuda a dar transparência nas ações administrativas financeiras.

A escola tem sua unidade financeira executora denominada Caixa Escolar Armando Veloso Brant que recebe os repasses financeiros, utiliza-os e presta contas a comunidade.

Muitas decisões são tomadas em parceria com o Conselho Tutelar, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente, resguardando sempre a integridade do aluno, buscando seu desenvolvimento e formação.

As tomadas de decisão são coletivas, dialógicas e fundamentadas na realidade da escola, nas necessidades dos alunos, almejando uma educação de qualidade que atinja seu verdadeiro papel social.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A educação já se faz nas relações de trabalho e a Escola Dona Valentina Alkimim visa um trabalho descentralizado, coletivo, participativo e democrático priorizando relações de amizade, companheirismo e diálogo, no intuito de sempre analisar a realidade e buscar melhorias com foco na aprendizagem do aluno, através de ações inovadoras e projetos pedagógicos.

No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1979).

Como em qualquer outro ambiente, existem conflitos que são resolvidos de forma dialógica e legal tendo como base a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Minas Gerais (1952), a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB), o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Os conflitos existentes em sala de aula sofrem a interferência direta e imediata do professor, posteriormente a interferência do Serviço Pedagógico e por último da Direção da escola. Os conflitos de origem administrativa têm interferência imediata da Direção. Os pais quando procuram a escola por motivos referentes ao ensino aprendizagem são conduzidos ao professor, posteriormente ao Serviço Pedagógico e por último à Direção. Demais problemas são conduzidos à Direção. Os problemas não resolvidos ou que requerem decisões mais complexas são repassados ao colegiado Escolar. Após esgotados todas as tentativas de resolução no âmbito escolar e não obtendo êxito, estes são encaminhados aos órgãos competentes: Conselho Tutelar e Juizado de Menores.

No dia-a-dia escolar é ressaltada a importância do trabalho de cada um dentro dos segmentos a que pertencem e a força que as ações individuais ganham coletividade. Cada um conhece suas funções e estas são coordenadas por meio de diálogo, transparência e bom senso apelando para um fazer responsável que dê bons resultados. Há uma busca constante da autonomia e respeito como fatores essenciais para um convívio saudável.

A gestão age de forma bem participativa e democrática buscando sempre conscientizar e motivar todos os envolvidos no processo educativo, articulando a organização geral da escola, dando importância necessária à dimensão pedagógica. As relações interpessoais têm como suporte o diálogo, o incentivo e o respeito às diferenças. A escola procura estabelecer com toda a comunidade um elo através de conscientização, participação integradora, visando ações compromissadas com o ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento do educando.

As reuniões pedagógicas são espaços de formação com estudos, reflexões, leituras e troca de experiências. Às vezes acontecem cursos de aperfeiçoamento e palestras visando crescimento pessoal e profissional e, conseqüentemente, melhoria do trabalho docente.

A escola é aberta à comunidade e seu espaço físico é utilizado sempre que solicitado, com deliberação colegiada. Outros grupos e pastorais também utilizam o espaço escolar para encontros, palestras, oficinas, retiros e práticas esportivas.

A avaliação de desempenho dos servidores tem caráter diagnóstico e formativo, com o objetivo de estimular o profissional no aprimoramento do seu trabalho, na correção de falhas, na melhoria das ações, nas atitudes conscientes quanto a importância do seu desempenho individual para que o coletivo atinja resultados satisfatórios.

A mediação de conflitos é outro aspecto importante nas relações de trabalho, visto que a escola é um ambiente no qual trabalham e estudam centenas de pessoas diariamente. Neste ambiente de trabalho e de estudo os conflitos sempre acontecem. A direção procura agir de forma impessoal diante de situações conflituosas, visando sempre a conciliação e busca de ambiente de trabalho saudável e agradável para todos. A citação abaixo expressa claramente o conceito adotado por esta instituição a respeito da mediação dos conflitos:

a mediação é um processo orientado a conferir às pessoas nele envolvidas a autoria de suas próprias decisões, convidando-as à reflexão e ampliando alternativas. É um processo não adversarial dirigido à desconstrução dos impasses que imobilizam a negociação, transformando um contexto de confronto em contexto colaborativo. É um processo confidencial e voluntário no qual um terceiro imparcial facilita a negociação entre duas ou mais partes onde um acordo mutuamente aceitável pode ser um dos desfechos possíveis. (BREITMAN, 2001, p. 46).

Apesar das relações conflituosas e às vezes exacerbadas, a escola busca em seu cotidiano ressaltar ações voltadas para o respeito às diversidades, senso de justiça, liberdade e democracia, fazendo com que todos os envolvidos entendam seus direitos e deveres em prol do coletivo, respeitando uns aos outros e trabalhando com solidariedade e fraternidade. Acredita-se que dessa forma haverá verdadeira contribuição para uma vida social mais justa e igualitária a partir da formação de cidadãos capazes de se reconhecerem bem como as suas capacidades, fazendo da sociedade um lugar melhor.

8. AVALIAÇÃO

Refletir a prática educativa, diagnosticar a realidade escolar e buscar soluções e melhorias no processo ensino-aprendizagem são ações que a Escola Estadual dona Valentina Alkimim procura viabilizar de maneira mais acentuada a partir de uma avaliação concebida em todos os seus aspectos, incluindo o ser, o saber e o fazer dos vários segmentos escolares.

A avaliação da aprendizagem deve ser feita cotidianamente, ou seja, de maneira processual e contínua, observando-se o desenvolvimento discente em relação às habilidades básicas a serem consolidadas e sua evolução desde a chegada à escola levando em conta a bagagem trazida consigo, seus conhecimentos prévios. Dessa forma, entende-se a escola como extensão da família e lugar não só de saber cognitivo, mas de aprendizagem global.

A aprendizagem tem como objetivo a formação do sujeito capaz de saber o que fazer da vida, de construir sua própria história (expressão política), mas sempre com sentido solidário, pois a ética dessa história se origina no mundo dos valores no qual a educação deve se fundar. (HOFFMANN, 2002)

A afirmativa de Hoffmann evidencia que a observação em sala de aula e nos espaços escolares se faz fundamental para trabalhar o ser do aluno, considerando a forma como se relaciona com colegas e servidores da escola, inserindo assim na prática da sala temas transversais e valores que o preparem para a vida social. Através da observação, torna-se possível a aproximação com a realidade do aluno, um conhecimento do meio social em que este está inserido, seu desenvolvimento diário e intervenções necessárias para sua formação cognitiva, pessoal e social.

Infelizmente, existem ainda preconceitos e resistências contra a avaliação formativa, contra a cultura da aprovação e progressão contínua do aluno. Pensamentos e falas ainda se divergem quanto aos métodos avaliativos diagnósticos e analíticos como meio de intervir na aprendizagem de forma positiva e não punitiva, contar métodos que visam o desenvolvimento do ser humano de maneira integral e não classificatória, uma vez que:

O papel da avaliação é diagnosticar a situação da aprendizagem, tendo em vista subsidiar a tomada de decisão para a melhoria da qualidade do desempenho do educando. Nesse contexto, a avaliação, segundo o autor, é processual e dinâmica. Na medida em que busca meios pelos quais todos possam aprender o que é necessário para o próprio desenvolvimento, é inclusiva. Sendo inclusiva é, antes de tudo, um ato democrático. (LUCKESI, 2005)

A escola, através do Conselho de Classe, dos líderes de turmas e dos representantes dos alunos no Colegiado busca observar e anotar as ações diárias da sala de aula e até das atividades extraclasse com a intenção de avaliar e positivar ações que se apresentam negativas e diminuem o aluno, embora com certa resistência dos docentes. Assim há uma preocupação de um fazer, um analisar conjunto para que ocorram reais intervenções, como afirma Hoffmann(2002):

As crianças e jovens estão sempre em processo de aprendizagem. Entretanto, as oportunidades que a escola lhes oferece podem significar barreiras ou melhores caminhos para tal processo. As ações avaliativas podem ser exercidas como pontes em seu trajeto ou como pontos fixos de chegada, favorecendo ou interrompendo um processo natural da vida.

Para se construir propostas pedagógicas de intervenção são analisados os resultados de avaliações internas e externas (Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica, PROALFA). Há também uma preocupação em preparar os alunos para a realização das avaliações externas, não com visão centralizadora e/ou controladora do Estado e sim na busca de consolidação das habilidades propostas no Currículo Básico Comum, as quais são realmente necessárias para estabelecer comunicação e raciocínio lógico para vivência diária. Libâneo se refere à importância da avaliação nesse contexto e ainda destaca que:

A avaliação deve ajudar a todos crescer, independente de serem ativos ou apáticos, espertos ou lentos, interessados ou não. Sabemos que os alunos são diferentes uns dos outros e a avaliação nos possibilita identificar essas diferenças, dando-nos bases para elaborar as atividades de ensino e aprendizagem. (2000, p.12)

O fato de as turmas serem heterogêneas com múltiplos perfis discentes, leva ou pelo menos deveria levar os professores a planejar ações avaliativas de maneira diversificada pensando na formação bem como no uso

da avaliação como processo contínuo bem mais amplo que notas ou conceitos, pois envolve uma formação cidadã, uma formação para o convívio social, para o despertar de atitudes que poderão influenciar o meio e melhorar o mundo.

As avaliações são feitas no cotidiano através da observação global do aluno. Também foi estabelecido um patamar mínimo de 60% para prosseguimentos dos estudos através da tradução em nota de tudo aquilo que se pode observar sobre o desempenho do aluno dentro do bimestre. Durante o ano letivo são distribuídos cem pontos, sendo vinte e cinco por bimestre. São utilizados vários instrumentos de avaliação: pesquisas, resumos, trabalhos em grupos, testes escritos, testes orais e autoavaliação. No final de cada ano letivo reúne-se o Conselho de Classe para analisar e encaminhar os alunos que ainda apresentarem dificuldades de aprendizagem para estudos complementares ou para retenção por mais um período na série.

Quanto à avaliação do desempenho profissional, existe uma comissão que, por meio de entrevistas, questionários, observações e anotações diárias atribuem conceitos que, somados à autoavaliação do servidor, permite chegar a uma média que representa seu desempenho individual. Há sempre um pensar a partir de reflexões antes da autoavaliação, buscando assim um fazer consciente e um resultado condizente com a prática, no dia-a-dia do trabalho escolar. Para resultados insatisfatórios, há momento para recursos e diálogos que conduzam o servidor a uma revisão de sua postura, a uma mudança de práticas consideradas negativas.

A instituição propicia dois períodos para ser avaliada, um no início e outro no final do ano letivo. Participam desta avaliação todos os membros da comunidade escolar. Após a avaliação, são tabulados os dados e posteriormente em reunião específica analisados por todos.

Mesmo com toda esta dinâmica a avaliação ainda é confusa, controversa e carece de um amadurecimento na instituição, pois a cultura arraigada da avaliação punitiva às vezes tende predominar.

Deve-se entender a importância da avaliação como integradora. O bom desenvolvimento profissional e seu impacto na formação discente, gera uma forma de trabalho conjunto com foco na formação integral do aluno e no crescimento profissional dos servidores, deixando de lado uma possível segmentação, entendendo a avaliação como parte do processo ensino-

aprendizagem, não como algo estático mas inovador de práticas, visando sempre melhoria e sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é o eixo norteador de todo o fazer da instituição escolar que permite conduzir todas as ações de forma reflexiva, coletiva, democrática e participativa visando uma educação de qualidade.

Construir o Projeto Político Pedagógico não foi tarefa fácil, pois ainda se tem arraigada em nossa cultura que educação é problema da escola. Mesmo com certa dificuldade a construção coletiva foi competência de todos os segmentos escolares e é missão também conjunta a preocupação com sua reelaboração de acordo com as necessidades da escola, ressaltando que o PPP se constrói no cotidiano escolar a partir de reflexões e ações sempre voltadas para o aprendizado do aluno que é o foco da prática pedagógica.

Continuar ações propostas e inová-las como intervenções na prática pedagógica e no processo ensino-aprendizagem são ações necessárias para diminuir a distância entre escola e sociedade e fazer com que a escola cumpra seu papel social e forme o educando para o exercício da cidadania, forme seres políticos capazes de intervir na história e fazer diferença contribuindo assim para melhorar a sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 22/09/2014.

ALVES José Matias. **Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto Alegre, Edições Asa, 1992.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil:MEC/INEP. **A qualidade da Educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 05/10/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) de escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 23/09/2014.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 20/07/2014.

BREITMAN, Stella; PORTO, Alice C. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

BRITO, C. **Gestão Escolar Participada – na escola todos somos gestores**. Lisboa: Texto Editora, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 12/10 2014.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs.). **Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios**. São Paulo. Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover as setas do caminho**. Porto Alegre, Mediação, 2002.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, j/dez 2006. Disponível em: <http://www.orgcurriculosemfronteiras/vol/6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 23/10/2014

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. 6 ed. São Paulo: Papyrus, 1999.

HORNBURG, Nice. SILVA, Rubia da. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança**. Vol. 3n 10 jan. e jun./2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/520266/TEORIAS-SOBRE-CURRICULO>. Acesso em 20 de julho de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. (Revista Ampliada). Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na Escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed., Salvador, Malabares Comunicações e Eventos, 2005.

MANDELA, Nelson. **Lighting your way to a better future**. Planetarium. University of the Witwatersrand, Johannesburg, South Africa. 16th July 2003.

VEIGA, Alfredo. **Geometrias, Currículo e Diferenças** IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002.

*CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em...

* ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão**.. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/10/2104

* ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/10/2014

*NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/10/2014